

**PAULO FREIRE: UM PRECURSOR REVOLUCIONÁRIO SOCIALISTA DEMOCRÁTICO****PAULO FREIRE: A DEMOCRATIC SOCIALIST REVOLUTIONARY PRECURSOR****PAULO FREIRE: UN PRECURSOR REVOLUCIONARIO SOCIALISTA DEMOCRÁTICO** <https://doi.org/10.56238/rcsv15n10-002>**Data de submissão:** 10/09/2025**Data de aprovação:** 10/10/2025**Gisele Garcia Lopes**

Doutoranda em Psicologia Social e Institucional

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: profgiselelopes@gmail.com

**Michelle Rodrigues Nóbrega**

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

E-mail: chelleminobrega@gmail.com

**RESUMO**

O presente artigo através de uma revisão aprofundada de literatura sobre a vida de Paulo Freire articula a biografia do autor com a sua filosofia da educação para refletir sobre as intencionalidades do projeto Escola Sem Partido e os ataques conservadores ao legado do patrono da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Paulo Freire. Escola Sem Partido. Educação Crítica.**ABSTRACT**

This article, through an in-depth review of the literature on Paulo Freire's life, connects the author's biography with his philosophy of education to reflect on the intentions of the Escola Sem Partido project and the conservative attacks on the legacy of the patron of Brazilian education.

**Keywords:** Paulo Freire. Escola Sem Partido. Critical Education.**RESUMEN**

Este artículo, a través de una revisión exhaustiva de la literatura sobre la vida de Paulo Freire, conecta la biografía del autor con su filosofía de la educación para reflexionar sobre las intenciones del proyecto Escola Sem Partido y los ataques conservadores al legado del mecenas de la educación brasileña.

**Palabras clave:** Paulo Freire. Escola Sem Partido. Educación Crítica.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação dever ir antes, durante e depois.  
É um processo permanente. (FREIRE; MYLES, 2009, p. 128)

A educação, historicamente um campo em disputa, transformou-se no epicentro da polarização política brasileira da última década. Longe de ser um mero debate pedagógico, o acirramento ideológico revelou uma disputa fundamental pela própria formação da consciência cidadã. Nesse cenário, o educador Paulo Freire, patrono da educação brasileira e símbolo da pedagogia do diálogo e da criticidade, tornou-se o alvo preferencial de um ataque orquestrado que visa dismantelar o pensamento crítico nas bases da sociedade.

O ataque mais notório se materializou no slogan "Escola Sem Partido", uma bandeira que, sob o falso pretexto de combater a "doutrinação ideológica", procurou, na verdade, impor uma "pedagogia da neutralidade", reduzindo a complexidade educacional a um manual de técnicas. Esta investida é uma estratégia para despolitizar o processo educativo, silenciar o professor e inibir o debate de temas essenciais à leitura crítica do mundo – o cerne da proposta freiriana.

Contudo, a cruzada contra a escola e Freire não é um evento isolado. Ela representa um movimento mais amplo de amordaçamento da sociedade civil. O mesmo grupo político e ideológico que instrumentaliza a retórica da "doutrinação" para deslegitimar a educação crítica também mobilizou esforços para atacar os mecanismos de transparência e controle social. Um exemplo eloquente e bem atual é a tentativa recente de aprovação da chamada PEC da Blindagem, em setembro de 2025, rebatizada, pelos contrários à proposta, de PEC da Bandidagem, que buscou restringir a fiscalização e a responsabilização de agentes públicos, ampliando a proteção de parlamentares contra investigações e processos criminais e civis. Este projeto de emenda constitucional foi proposto no auge das repercussões em torno do julgamento do ex-presidente condenado Jair Bolsonaro e de seus aliados, no mesmo ano, por conspirarem contra o Estado Democrático de Direito.

Essa convergência de ataques à democracia revela a necessidade de diluir o pensamento crítico, embasado na própria realidade objetiva. Se, por um lado, o Escola Sem Partido busca silenciar o pensamento crítico dentro da sala de aula, por outro, a "PEC da Blindagem" tenta impedir que esse mesmo pensamento crítico se manifeste no escrutínio das contas públicas e da ética política. A ofensiva, portanto, não é apenas contra a memória de Freire, mas contra a sua filosofia mais profunda, isto é, a de que o conhecimento é um ato de liberdade e a consciência é a principal ferramenta contra a opressão.

É neste contexto de cerco ideológico e político que este artigo se insere. Apresentamos, como parte da nossa argumentação, o subcapítulo que dá nome a este artigo da tese defendida por Michelle

Rodrigues Nóbrega, no ano de 2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Pelotas: "PAULO FREIRE: Compositor de muitos destinos... Tambor de Todos os Hinos?" O ano de 2013 marcou a história recente do Brasil, com as chamadas Jornadas de Junho.

Passados 12 anos da defesa de Nóbrega (2013), a temática segue reverberando ao se propor o pensamento de Freire como baluarte da democracia e do fortalecimento de um projeto de educação para todos e todas.

O reencontro com a tese de Michelle Rodrigues Nóbrega (2013) ocorreu no período que a coautora finalizava a escrita de sua própria tese, em setembro de 2025, a qual propõe a adaptação do método de alfabetização de Paulo como alternativa na análise de entrevistas narrativas, em que professoras lésbicas atuantes em escolas de Educação Básica de Porto Alegre e região metropolitana (RS) são convidadas a partilhar sua palavra sobre identidade, sexualidade e resistência lésbica em um ambiente marcado pela heteronormatividade e vigiado pelos preceitos vivos da Escola Sem Partido.

A busca por referências sobre a vida e a obra de Paulo Freire aproximou os interesses acadêmicos das autoras para se refletir como o ataque ao autor da Pedagogia do Oprimido liga-se ao processo histórico de ataque à educação e ao crescimento de discursos de ódios e investidas aos direitos conquistados pelos oprimidos, que aqui serão expressos pelo termo guarda-chuva de minoria (mulheres, LGBTQIA+, negros, empobrecidos)

Para o presente artigo, realizamos uma revisão de literatura. A sua estrutura textual divide-se em três seções. A primeira parte sob o título Inventaram-se tantos Paulos, apresentamos uma breve biografia de Paulo Freire, a qual situamos sua filosofia entrelaçada às suas vivências como um homem no mundo com o mundo. Em Apontando Algumas Notas da Teoria da Percussão em Paulo Freire, aborda-se como Freire construiu sua teoria focalizando o papel do intelectual na transformação social. Em o que é essa tal Escola sem Partido, apresentamos o surgimento deste slogan e ações promovidas para reduzir a educação a técnicas mecanicistas sem construção do pensamento crítico e de ataque direto aos direitos da comunidade LGBTQIA+, ao disseminar o termo ideologia de gênero. Para finalizar, entrelaçamos ambos os interesses de estudo das autoras para apontar as causas de Paulo Freire ser tão atacado pelos grupos apoiadores da Escola Sem Partido.

## 2 INVENTARAM TANTOS PAULOS

Inventaram-se tantos Freires... Tantos rótulos. E, por isso, iniciamos falando do Paulo, um ser humano, um ser no mundo, um oprimido que viveu a pedagogia do oprimido. Viveu dos anos 1920 até o final dos anos 1990, nordestino, nascido em Pernambuco. Um nome impedido de pronunciar no período militar em nossas instituições escolares e que hoje mais de 300 escolas públicas e particulares

contêm seu nome, fora os vários centros e Organizações Não Governamentais que carregam seu nome no Brasil e mundo afora.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921, na Rua do Encanamento, em Recife/PE. Filho de Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire. Seu pai foi oficial da Polícia Militar e sua mãe bordadeira.

Paulo nasceu poucos anos depois do final da Primeira Grande Guerra Mundial e pouco antes de iniciar a Segunda Guerra. Findou a Segunda Guerra e outras tantas enfrentou, as consequências da Guerra Fria no mundo *colonizado*, e outras tantas *guerras* internas nacionais, que decorreram em exílios. E, por isso, a ideia de felicidade<sup>1</sup> de Paulo era luta.

Aos dez anos de idade, a família Freire, uma família de 'poucas posses' (BRANDÃO, 2005), classe média, deixa a casa da Rua do Encanamento, no Bairro da Casa Amarela, em Recife, em abril de 1932. A casa onde a família Freire morava era propriedade do tio de Paulo, Rodovalho, comerciante no Rio de Janeiro, cujo comércio foi afetado pela percussão da crise de 1929<sup>2</sup>, quando ele hipoteca e perde a casa (ROSAS, 2005).

Aos dez anos de idade, Paulo, juntamente com a família, residiu em Jaboatão, arredores da capital pernambucana, situada a 18Km de Recife e onde fixaram residência de 1932 a 1941.

O espaço-tempo exílio<sup>3</sup> Jaboatão significa um aprendizado significativo e também de dificuldades quanto à materialidade econômica, marcado por privações, da existência do que não se pode ser cuja “a compreensão da fome não é dicionária” (FREIRE, 2006, p. 31). Marcas entre o ser e o não ser, que impulsionam a escrita da ‘Pedagogia do Oprimido’ e marcam toda a sua obra, seja nas ações diretivas referentes à merenda no período que foi secretário da Educação em São Paulo ou na distinção conceitual entre assistência/assistencialismo em Cartas à Cristina (FREIRE, 1994).

Espaço-tempo de não ser, de um Paulo “um pouco faminto, mas não tanto quanto os meninos deste país, deste continente” (BARRETO, 1998, p. 20), mediando ações cuja fome era a razão de ser da prática, estrangulando juntamente com seus irmãos, a galinha pedrês do vizinho para servir de almoço da família, roubando açúcar da venda próxima à sua casa.

Privações aguçadas com a morte de seu pai aos 13 anos de idade, a família (Paulo, sua irmã e seus dois irmãos) passa a ser sustentada pela mãe. Nas palavras de Freire: “Em Jaboatão me tornei

---

<sup>1</sup> Dia 14 de maio de 1987, Moacir Gadotti submeteu Paulo Freire a uma brincadeira muito séria. A mesma brincadeira que uma das filhas de Marx fez com seu pai. Trata-se de um questionário com 17 questões (GADOTTI, 1996). A questão número 3 referia-se à 'sua ideia de felicidade.'

<sup>2</sup> O Brasil foi o símbolo da dependência do capitalismo e das consequências da Depressão de 1929 nos Estados Unidos, a qual repercutiu na nação brasileira que detinha de 2/3 a 3/4 de todo o café consumido no mundo, quando a medida adotada pelo governo foi a queima de café em vez de carvão nas locomotivas.

<sup>3</sup> Entendendo o significado de exílio, dialeticamente, como um tempo, um des-terro que intrinsecamente envolve um des-tempo e, portanto, concomitantemente determina um espaço-tempo: “O exílio muda o exilado. E, em geral, a prática do exílio acrescenta sua própria existência” (BARRETO, 1998, p. 33)

homem, graças à dor e ao sofrimento que não me submergiram nas sombras do desespero” (BARRETO, 1998, p. 19).

Por outro lado, também foi neste espaço-tempo que Paulo jogou futebol com meninos camponeses e filhos de operários que moravam em morros, descobrindo novas formas de pensar e de se expressar. Formas de linguagem popular que mais tarde utilizou como educador popular (BRANDÃO, 2005).

E, ao nadar pelo Rio Jaboatão, observava as mulheres lavando roupas para si e para as famílias mais abastadas (FREIRE, A., 1996).

Paulo cursou a escola primária “exatamente no período mais duro da fome. Não da 'fome' intensa, mas de uma fome suficiente para atrapalhar o aprendizado”, usando “calças curtas, porque [...] não tinha condições de comprar calça comprida” (FREIRE, A., 1996, p. 32). Enquanto seus colegas, cuja classe permitia, já haviam ingressado na faculdade, Paulo, aos 16 anos, fazia tardiamente o primeiro ano de ginásio no Colégio 14 de Julho, em Recife. Porém, devido à falta de recursos para pagar, cursou apenas o primeiro ano e, aos 17 anos, iniciava o segundo ano do curso secundário, ingressando no Colégio Oswaldo Cruz, o qual lhe concede estudos com bolsa, completando os cursos fundamental e pré-jurídico. Neste mesmo estabelecimento de ensino que estudou, o Colégio Oswaldo Cruz, Paulo tornou-se professor de ensino secundário da Língua Portuguesa (FREIRE, A., 1996).

Paulo iniciou, aos 22 anos, o curso de Direito na Faculdade de Recife, tornando-se advogado em 1947, mas sua atuação resume-se em uma única atividade: a cobrança a um dentista endividado com a montagem do seu consultório. Experiência à qual Paulo descobre que não será advogado, permitindo que o dentista fique com seus móveis, devolvendo a causa a seu credor e encerra sua passagem por uma profissão que se negou a iniciar (BARRETO, 1998).

Depois de largar a advocacia, já casado com Elza Maia Costa de Oliveira, professora primária, a qual viveu e trabalhou junto por 42 anos (dos 23 até os 65 anos de idade), trabalhou no Serviço Social da Indústria (SESI). Permaneceu no SESI durante 10 anos, um espaço de 'tempo fundante', onde iniciou a sua compreensão além da fenomênica da aprendizagem e linguagem popular, aprendendo a diferença entre 'falar com alguém' e 'falar para alguém'.

Na década de 1950, a preocupação com educação escolar leva Paulo, junto com Raquel Castro, a fundar o Instituto Capibaribe,<sup>4</sup> em Recife, uma instituição particular sem fins lucrativos, contrapondo as formais instituições de ensino na época, centradas no conteúdo.

Um ano antes do Golpe de Estado, já havia sido concretizada a experiência de Angicos no Rio Grande do Norte, onde Paulo acreditou ser capaz de vencer os obstáculos políticos da United States

---

<sup>4</sup>Instituto que permanece em atividade até hoje.

Agency for International Development (USAID)<sup>5</sup> interpostos pelo governador do RN, consolidando rótulo de subversivo<sup>6</sup> pelo governo militar. Paulo já era reconhecido no cenário da educação como educador popular.

No ano que se deflagra o Golpe Militar, Paulo atuava em Brasília como convidado do Ministro da Educação, trabalhando no Programa de Formação de Formadores, com o objetivo de erradicar o analfabetismo na faixa etária de adolescentes e adultos brasileiros. Nasceu, sob sua coordenação, o Programa Nacional de Alfabetização, que visava politizar cinco milhões de adultos. Atuava também em Recife, enquanto diretor do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife e era responsável por um programa de Educação de Adultos pelo MCP.

Com o Golpe de Estado, em 1964, iniciaram-se as perseguições políticas. Paulo é preso por mais de um mês em Recife, o Programa Nacional de Alfabetização<sup>7</sup> é extinto e, sob aviso que novas prisões ocorreriam, o caminho do exílio é o único viável aos 43 anos de idade.

Mais uma vez, o caminho é exílio e Paulo se asila na Embaixada da Bolívia por um período curto de tempo, por motivos de problemas de saúde e do Golpe Presidencial dos anos 1960 neste país, sendo apoiado pelos Estados Unidos, assim como o Golpe de Estado brasileiro.

Outro exílio se impõe, passa a viver no Chile, em Santiago, em pleno momento da vitória da social democracia, o que proporcionou aprender a América Latina e o significado concreto da palavra exílio, decorrente de uma vivência de cinco anos. Afinal, “há opções de vida que não conhecem fronteiras e o trabalho em prol do povo não tem propriamente uma pátria, porque é de todas elas e de todos os povos” (BRANDÃO, 2005, p. 70), o que impulsionou Paulo a trabalhar com vivacidade como assessor do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e do Ministério da Educação do Chile, tendo sido também consultor da UNESCO pelo Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária do Chile.

E foi no exílio que Paulo Freire escreveu obras importantes como a ‘Educação como Prática da Liberdade’, publicada no Chile, em 1968, sendo que os artigos que compuseram, mais tarde, o livro ‘Ação Cultural para a Liberdade’, ele revisou e terminou vivendo o imperialismo cultural nos Estados Unidos. E a palavra liberdade<sup>8</sup> ganha o espaço de intitulação e, no texto de obras suas, permeia seu pensamento, materializando o que pensava e pensando o que fazia, numa busca inacabada de conquista

---

<sup>5</sup> A USAID era uma agência do governo norte-americano responsável pela administração da ajuda externa e pelo desenvolvimento econômico global. Criada em 1961 pelo então presidente John F. Kennedy, a agência nasceu no auge da Guerra Fria e tinha um duplo propósito: fornecer ajuda humanitária e impedir a influência do comunismo.

<sup>6</sup> Durante o momento de conclusão da experiência de Angicos (RN), o então futuro presidente da República, General Castelo Branco, fez a seguinte observação ao secretário da Educação do RN referente ao método do Paulo Freire: “Meu jovem, não lhe parece que estava criando, alimentando crótalos (cascavéis)?” (LYRA, 1996, p. 117).

<sup>7</sup> As classes dominantes viram neste programa a possibilidade de ampliar o número de eleitores provenientes das camadas populares que abrangia este programa, e colocaram-se contra o mesmo, sendo extinto pelo governo militar em 1964 (FREIRE, A., 1996)

<sup>8</sup> A liberdade remete ao individual, ao personal, como aponta Scocuglia (1999) na discussão entre liberdade e libertação.

do direito de ser.

Escreveu, também nesse espaço-tempo de exílio, um dos seus livros mais citados e talvez tão pouco estudado no Brasil, a *Pedagogia do Oprimido*. Livro este que foi entregue à publicação em 1970, primeiramente a uma editora norte-americana, e somente depois de publicado em espanhol, italiano, francês e alemão, foi nos concedido o direito de conhecê-lo em português<sup>9</sup>.

Após 1970, ao publicar seus primeiros livros, torna-se tanto Freire quanto FREIRE na academia, vira referência mundial no campo da educação, vira citação, e nos últimos anos até dicionário<sup>10</sup>, mas ele foi PAULO FREIRE, um nordestino oprimido pela materialidade econômica, cujo sobrenome, antes do reconhecimento, determinou classe, um educador popular exilado, um oprimido que escreveu a pedagogia do oprimido e também como prática da liberdade, que afirmou várias vezes que “uma das coisas melhores que eu tenho feito na minha vida, melhor do que os livros que eu escrevi, foi não deixar morrer o menino que eu não pude ser e o menino que eu fui, em mim” (FREIRE, 2001, p. 101).

E outros tantos exílios fora do Brasil, Paulo Freire viveu nos anos 1960/1970, num espaço tempo mundo que forjava exílios, e a participação civil era movimento. Os 'verdes'<sup>11</sup> faziam o movimento na Europa Ocidental, a China de Mao vivia a Revolução Cultural, a contracultura estadunidense reagia à Guerra do Vietnã, a França fazia a Greve Geral de Maio, Cuba vivia a revolução, na Itália, o movimento estudantil engajava-se ao movimento operário. E o Brasil vivia o conflito entre regime implantado pelos militares e a resistência dos grupos que eram contra.

E nos anos 1970, Paulo Freire vivia o exílio, mas já com aparente liberdade de escolha de caminhos a serem trilhados. O andarilho Paulo Freire já podia optar, já podia realizar escolhas. Optou viver nos Estados Unidos a fim de atuar na universidade e aprender os guetos e favelas do dito primeiro mundo. E sentiu o que os chilenos o relataram quando iam a Santiago, o inicial medo de tudo, incrementado pela sua impossibilidade de falar inglês. Dos Estados Unidos, cruzou o Atlântico e morou na Suíça, em Genebra, sendo consultor Especial do Departamento de Educação Mundial das Igrejas, o que o permitiu andarilhar pelos cinco continentes do mundo. Um passar ficando, nos cinco continentes, junto aos povos oprimidos, ao colaborar para desmitificar as amarras do colonialismo com povos oprimidos, que tinham conquistado recentemente sua independência política, como Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Príncipe e Tomé, dentre outros lugares espaços-tempos (BRANDÃO, 2005; GADOTTI, 1995; ROSAS, 2005; BARRETO, 1998).

---

<sup>9</sup> 'Pedagogia do Oprimido', a obra mais conhecida de Paulo Freire, foi editada primeiro em inglês e espanhol, em 1970, só aparecendo no Brasil quatro anos depois, embora o manuscrito fosse de 1968 (FREIRE, A., 1996, p. 60).

<sup>10</sup> Aqui apontamos o Dicionário Paulo Freire, com 230 verbetes, publicado em 2015. STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Ed.). Dicionário Paulo Freire. Autêntica, 2015.

<sup>11</sup> Conforme a Enciclopédia Britânica, os verdes são qualquer um dos vários partidos políticos ambientalistas ou de orientação ecológica que se formaram a partir da década de 1970.

No final dos anos 1980, com 58 anos de idade, Paulo Freire retorna à nação brasileira e fixa residência em São Paulo, com uma justa ira sã e com uma saúde civil rara, re-des-cobre um Brasil em transição do Regime Militar para o democrático, e adaptando sua economia ao ambiente econômico internacional e à cultura ambientalista traçando sua consolidação. Volta à universidade brasileira, um espaço institucionalizado que pouco agiu fora da federação que nasceu, atuando com docente na UNICAMP e na Universidade Católica de São Paulo.

Durante toda a década de 1980 e os primeiros anos da posterior década re-des-cobrimo o Brasil, escreve livros dialogados com outros autores. Assumiu, em 1989, o cargo de Secretário da Educação da cidade de São Paulo. O ano de 1991, já casado com Ana Maria Araújo Hasche<sup>12</sup>, foi um ano de tomada de decisões para Paulo Freire, resultando no afastamento do cargo de secretário em SP, demite-se da UNICAMP, retorna a lecionar na PUC/SP e participa da criação do Instituto Paulo Freire em São Paulo, ações estas decorrentes da tomada decisiva ao retorno de escrever livros autorais.

Entre, durante e depois de tantos exílios, Paulo Freire nunca se desvinculou do mundo da rua, do mundo do campo, “das pessoas deixadas à margem da vida e da escola. Sua fidelidade mais intensa continuará sendo para com os grupos e movimentos populares” (BRANDÃO, 2005, p. 85).

E, por isso, o breve texto que fora escrito como introdutório do capítulo 5 da tese Paulo Freire - Compositor de muitos destinos... Tambor de Todos os Hinos? um estudo de múltiplos casos de ONGS brasileiras atuantes na educação que se reivindicam freirianas... não teve pretensão biográfica, visto que inúmeras biografias ricas existem a respeito de Paulo Freire, mas tem como uma das intenções lembrar algo que vem sido um tanto esquecido: a indissociável relação oprimido/militância/teoria no pensamento freireano. Afinal, sempre foi sua reivindicação: “Recuso tal dicotomia: não sou teórico, digamos, nas quartas e militante nos sábados” (FREIRE, 2006, p. 70).

Dizer isto acima, implica explicitar qual a ordem ideológica-pedagógica de tal relação. Diante de tanta nebulosidade acadêmica a respeito das diversas ‘invenções’ de seu legado e árduo trabalho em buscar as incoerências de sua obra, ou até o estudo de vários Freire(s), como fizeram com Marx, talvez seja melhor ler o que o próprio Paulo Freire explicitou quanto à sua coerência: “[...] estou certo, coerentemente, as posições de ordem político-pedagógico, defendidas por mim ao longo dos anos. [...] A primeira observação que faria à citação desse momento da *Pedagogia do oprimido* é que ele, no momento, é um dos em que deixo muito claro de quem falo quando falo em opressor e oprimido”(FREIRE, 2003, p. 97). “Me sinto **absolutamente em paz** ao entender que o esfacelamento do chamado ‘socialismo realista’ **não significa**, de um lado, que foi o **socialismo mesmo que se revelou inviável**; de outro, que o capitalismo se afirmou definitivamente na sua excelência” (FREIRE, 2003, p. 94, grifo nosso). “Daí porém, dizer-se que estamos vivendo outra história, em que as classes

---

<sup>12</sup> Antiga amiga da família Freire, uma das filhas do diretor da escola Oswaldo Cruz, Aluizio Pessoa de Araújo.

sociais estão desaparecendo e, com elas, os seus conflitos; que o socialismo se pulverizou nos escombros do muro de Berlim **é algo em que eu, pelo menos, não acredito**” (FREIRE, 2003, p. 93, grifo nosso). E “permitam-me repetir, que uma tal educação não pode ter um caráter seletivo, o que a levaria, em contradição com os objetivos **socialistas**, a fortalecer a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual (FREIRE, 1978, p. 115, grifo nosso)”.

Das arguições freireanas acima expostas, é possível perceber que o socialismo criticado por Freire foi o real, do fato de ser ditatorial, mostrando essa face então se tornou inexequível. O socialismo vinculado à assumpção de totalitarismo, sim, foi combatido por Paulo Freire.

Pois, se há algo que não tem quase discordância pelos autores estudiosos de Freire é a sua continuidade de defesa da democracia (da liberal à socialista). Mas é preciso não esquecer que a democracia, “antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza, sobretudo, por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem” (FREIRE, 2007, p. 80). E, portanto, faz parte do desenvolvimento da ação cultural dialógica, aqui defendida como ação contra-hegemônica.

Voltando à centralidade na pedagogia do oprimido, decorrente da relação axiológica brevemente exposta acima, tem também sua dimensão epistemológica como aposta na historicidade do oprimido. Concordando com Romão (2008), o conceito de cultura em Freire, aproximando-se das noções de civilização e Paideia, a teorização da ação cultural dialógica em Freire é recomposta através dos processos em que ocorre apropriação da cultura dos oprimidos pelos opressores, forjando novas formas e conteúdos culturais contra-hegemônicos, advogando, então, que os grandes saltos civilizatórios da humanidade ocorreram a partir dos oprimidos, considerando tanto a perspectiva de indivíduos e de povos que romperam com certas forças hegemônicas.

Paulo Freire, um compositor de muitos destinos, cujo destino foi influenciado também por um sem número de pessoas, concordando com Gadotti (2000b, p. 14) ao afirmar que: “[...] as pessoas não escrevem apenas sobre as idéias de Paulo Freire, mas, sim, com elas. Ou seja, elas se apropriaram do pensamento freireano, transformando-o em referencial de vida. [...] e partindo delas buscam direcionar sua práxis”.

Um compositor de muitos destinos em muitas nações. Certamente, mas o que compôs merece à minoria que, em magnitude atual de poder, representa a maioria. E, por isso, o texto a seguir busca a defesa que o legado freireano é radical no sentido epistemologicamente/ético, enquanto pedagogia DO oprimido que foi continuamente reescrita por Freire em '*Pedagogias*', portanto, pode ser '*tambor de diferentes hinos*', mas não pode ser '*tambor de todos os hinos*' na atualidade.

### 3 APONTANDO ALGUMAS NOTAS DA TEORIA DA PERCUSSÃO EM PAULO FREIRE

Esta construção aborda o sentido e a direção freireana ao teorizar o papel do intelectual na revolução cultural.

A palavra teoria é um vocábulo de etimologia grega (*theorein*), que significa ‘contemplar’, ‘ver’, ‘observar’. Para Freire, teorizar é contemplar. Mas o que é contemplar para Freire? Não é qualquer olhar que significa contemplar. Contemplar, no sentido de teorizar, é enfrentar problemáticamente a realidade. É estranhar-se diante do que antes era familiar. Des-cobrir o que era cotidiano dado passa a constituir-se ‘estranho’. E o problema nasce da relação de contradição entre o estranho e o antes familiar, que passa a ser a questão a ser des-coberta.

Ao enfrentar a problemática, o homem ad-mira o mundo, a realidade. Volta-se a um processo de protrusão, a visão anterior e a nova visão da realidade, que inclui, sobretudo, o estranhamento do próprio sujeito em relação ao seu agir (que só é possível porque já consegue ver o outro e, então, distingue o seu eu), questionando a si próprio os problemas que des-cobre ao distanciar da realidade naturalizada, que encobria sua visão ingênua das aparências da realidade. “É nesse sentido que teorizar é contemplar. Não no sentido distorcido que lhe damos, de oposição à realidade [...]” (FREIRE, 2007, p. 101). Contemplar, no sentido de pensar e entender algum fenômeno, é também prática.

É nesse sentido de ‘contemplar’ que Paulo Freire vai falar da relação teoria e prática como uma unidade indissociável, quando teoriza a ação humana. Vai falar disso porque compreende a existência humana, de forma que o homem é um ser de *quefazer* (práxis), de ação-reflexão, único capaz de planejar-se.

Há de ressaltar que não basta falar do chavão ‘unidade indissociável teoria e prática’ para compreender o que Freire quis revogar ao seu pensamento ao teorizar a ação cultural humana e seu projeto de sociedade. Se queremos compreender o pensamento de Paulo Freire, é preciso (des)mitificar o seu núcleo central, a dialogicidade, tão mitificado pelas elites dominantes ao usarem pragmaticamente seus termos, sem sequer conhecerem sua origem e o contexto que foram gerados.

E, então, nos lança a sua meta-teoria da educação que, por sua vez, para ser autêntica, tem que ser uma revolução cultural. Precisamos de uma teoria que seja capaz de nos situar como sujeitos, uma teoria construída e reconstruída permanentemente com as massas populares. A relação entre teoria e prática precisa ser vista como uma práxis. E uma práxis não se move pela identidade entre ambas, pelo contrário, se move pela constante crítica e superação mútua. Não foi à toa que Freire disse tantas vezes “eu ficarei feliz se eu for reinventado e não copiado.”

Ele sabia do perigo do culto da unidade teoria e prática que perfaz seu caminho de abismo entre militantes e intelectuais, que geram os ‘ismos’ (teoricismo, intelectualismo etc.) e reproduz inúmeras vezes o pragmatismo do não pensar por conta própria, mas usar slogans de grandes teorias, sejam

marxistas, hegelianas, etc. Nem a concepção de teoria para o movimento, nem dos ativistas para elaborar teorias. O que nos propõe é um caminho de conceber a questão teórica na luta pela revolução cultural, que hoje se encontra diante do processo acelerado de desumanização. A teoria não pode ser considerada apenas um instrumento estratégico da luta de classes, mas o problema do *quefazer* histórico na sua totalidade, pois são dimensões autônomas e condição para a superação das ‘velhas novas’ formas de desumanização, a opressão e a alienação. O conteúdo da teoria que estamos construindo, ou que fazemos questão de manter, movimenta o processo e o sentido do *quefazer*. “Algo mais profundo do que o aprendizado da teoria nos livros, estritamente; teoria e prática, exercício da teoria, devem caminhar sempre unidos: não podem separar-se de maneira alguma” (GUEVARA, 1985, p. 203)

De outra forma, poderíamos dizer que não podemos abrir mão dessa possibilidade de resgatar a humanidade e nos assumirmos como sujeito político, teórico, ético e moral.

A teoria revolucionária, para Freire, é uma via de mão dupla, que tem destaque importante no papel das lideranças, ou pela ótica gramsciana, 'os intelectuais orgânicos' sob a perspectiva responsável de mobilizar acúmulo teórico científico para enfrentar questionamentos colocados pela ideologia revolucionária e os grandes impasses da práxis dos sujeitos. Bem como, também aprofundar em cada sujeito construtor/reconstrutor, massas e lideranças, a reflexão em relação a miudezas da prática cotidiana a fim de situá-las numa totalidade visando a articulação global, na “procura crítica de compreensão do cotidiano abre uma instância de análise fundamental para a compreensão de como se embatem, de como lutam, a ideologia dominante e a ideologia dominada” (FREIRE; BETTO, 1986a, p. 73)

Assim, agindo para Freire, estaríamos constituindo nosso papel de cientistas revolucionários, capacitados para enfrentar as elaborações do pensamento burguês dominante, mantendo, sobretudo, relações orgânicas com o projeto revolucionário ao exercer formas de militâncias políticas de acordo com a especificidade de sua capacitação. Um *quefazer* científico, que possua críticas a um endereço assumido na provisoriedade da certeza e, assim, ser capaz de influenciar as lutas sociais a favor do anticapital.

### 3.1 E, ESSA TAL ESCOLA SEM PARTIDO?

Em várias leis brasileiras e documentos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, a educação escolar ocupa lugar de destaque como um direito garantido a todos cidadãos e a todas as cidadãs, sem qualquer espécie de discriminação contra raça, crença religiosa, origem, sexo ou orientação sexual, classe social e deficiência (Brasil, 1988). Segundo a legislação brasileira vigente, a educação institucionalizada deve estar livre de qualquer forma de preconceito, embasada no pluralismo

de ideias e concepções pedagógicas, objetivando o acesso e a permanência no ambiente escolar de forma igualitária, mediante o direito à liberdade de aprender com o intuito de superar todas as formas de desigualdades educacionais, promovendo a diversidade e o respeito aos direitos humanos.

Esse ideal legislativo preceitua a cidadania. Contudo, diferentes trabalhos acadêmicos apontam para o caráter de inconformidade existente entre esse ideal e a materialidade diária na escola, em que pessoas LGBTQIA<sup>13+</sup> têm seus direitos de cidadãos feridos.

Cury (2002; 2007) aborda a educação sob a perspectiva do dever do Estado junto aos seus cidadãos pela ótica da sociedade moderna e neoliberal. Diferentemente dos direitos naturais, o direito à educação.

A escola nasceu junto com a ideia de um Estado nacional. Então, como guardião do futuro das crianças e, portanto, da nação, foi uma necessidade política vigiar as escolas em todos os sentidos (quem, o quê, finalidades, objetivos, espaços). É lá que se aprenderia a ser cidadã/o. Desta forma, é inegável que a escola ocupe centralidade em nossa sociedade.

A escola é, certamente, uma instituição privilegiada no que diz respeito à centralidade que ocupa em nossa sociedade. É esse o espaço que, segundo a legislação brasileira, todas as crianças e jovens, dos quatro aos dezessete anos, de norte a sul do país, devem frequentar diariamente (Brasil, 2013). A escola brasileira, entretanto, carrega a herança de nosso passado colonial, que impôs a cultura e o conhecimento de povos dominantes a outros povos e culturas que se expressavam de forma distinta e, por isso, não eram reconhecidos como legítimos (Leite; Ramalho; Carvalho, 2019, p. 2).

Contudo, perguntamos se a escola resiste, enquanto lugar de combate à lógica neoliberal que precariza as condições de ensino e aprendizagem. Como professoras de Educação Básica, testemunhamos ações que visam produzir significados alternativos ao mundo por meio de seus projetos políticos-pedagógicos, dando visibilidade àqueles esquecidos ou intencionalmente ignorados nos Planos de Educação. Docentes que produzem essas formas de buscar uma educação libertadora são pessoas, assim como as/os discentes, que buscam formas de resistir aos tensionamentos impostos pelo Estado neoliberal.

Paulo Freire ensinou que toda educação é política, logo não podemos encará-la sob o véu da neutralidade. Diante dessa convicção, trazida em diferentes obras do mestre pernambucano, espreitamos a escola como lugar de produções, reproduções, vivências e experiências, coerções, lutas e resistências apagadas ou ignoradas pelas tortuosas linhas prescritas das leis. Lembro que da criação

---

<sup>13</sup> Acrônimo que representa diversas identidades de gênero e orientações sexuais, buscando dar visibilidade à diversidade dessa população. As letras correspondem a: **L**ésbicas, **G**ays, **B**issexuais, **T**ransexuais/Transgêneros/Travestis, **Q**ueer, **I**ntersexo e **A**ssexuais. O sinal de + indica a inclusão de outras identidades e orientações que não estão explicitamente listadas (como pansexuais, não-binários, entre outros). O termo é utilizado para promover o reconhecimento, o respeito e a luta pelos direitos dessas comunidades.

à promulgação de diferentes normas e regramentos sociais, como mediadores do Estado, diversos agentes sociais estão mobilizados em terem suas concepções grafadas com o poder de lei.

Em 2004, o advogado Miguel Nagib criou o *website* e o *slogan* Escola Sem Partido. Inicialmente, o projeto era uma plataforma virtual que visava denunciar o que seus idealizadores chamavam de "abuso da liberdade de ensinar" por parte de professores em sala de aula, argumentando que estes utilizavam o espaço escolar para promover suas visões políticas e ideológicas. No entanto, o movimento ganhou força e capilaridade nacional cerca de dez anos depois, a partir de 2014-2015, impulsionado pela crescente polarização política e pela ascensão de grupos conservadores. O slogan tornou-se uma propaganda política poderosa e de fácil assimilação, que se propagou rapidamente por meio de redes sociais e grupos de WhatsApp.

A principal tese do Movimento Escola Sem Partido é que a sala de aula deve ser um ambiente de neutralidade política, ideológica e religiosa e o movimento defende que os professores sejam proibidos de emitir opiniões próprias sobre diferentes temas não programados no currículo, assim garantindo aos alunos o direito de não serem doutrinados pelos professores. O ponto central do silenciamento recai sobre questões de gênero e sexualidade, sob o véu da neutralidade e o direito à crença religiosa. Torna-se importante mencionar que no ano de 2004, o governo federal lançou o Programa Brasil sem Homofobia, com o objetivo de combater a violência e discriminação à população LGBTQIA+. Tal iniciativa recebeu inúmeras críticas de grupos conservadores. (GUILHERME, PICOLLI, 2018, p.17-18)

Em junho de 2013, ocorreram as chamadas Jornadas de Junho, às quais tiveram início como protestos localizados contra o aumento das tarifas de transporte público, servindo como o gatilho inicial para uma mobilização em larga escala. Contudo, essa reivindicação específica rapidamente se expandiu para abranger uma gama diversificada de insatisfações sociais e políticas. Os manifestantes ampliaram suas demandas para incluir críticas a problemas urbanos generalizados, como a precarização do mercado de trabalho e a inadequação do transporte público, bem como os altos gastos públicos com megaeventos como a Copa do Mundo de 2014. As críticas também se voltaram contra a repressão policial durante as manifestações e a corrupção generalizada, notadamente a oposição à PEC 37<sup>14</sup>. (TOQUETTI, 2023)

Inicialmente, as Jornadas foram capazes de unir grupos de diferentes posições políticas, da esquerda à direita, em torno de questões aparentemente universais como transporte e mobilidade. No entanto, essa ampla, embora temporária, coalizão rapidamente se dissolveu após a fase inicial.

---

<sup>14</sup> A PEC 37, oficialmente chamada de Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, propunha alterar o artigo 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública, para definir que a investigação criminal seria competência exclusiva das polícias federal e civis. Isso significaria que órgãos como o Ministério Público, que já realizavam investigações, não teriam mais essa atribuição.

A dissolução desta frente ampla resultou num impacto significativo e duradouro nos movimentos sociais de esquerda que se fortaleceram e se revitalizaram em torno das chamadas pautas identitárias. As mobilizações em torno de uma maior representatividade e visibilidade dos grupos considerados como minorias, atingiu públicos, até então, distantes destas discussões. Paradoxalmente, grupos conservadores, como o Movimento Brasil Livre (MBL), e com discursos de desvalorização do conhecimento e de uma base extremamente conservadora também se fortaleceram. (GROPPO, SILVA, SILVA, JÚNIOR, CONCEIÇÃO, 2023)

As Jornadas também tiveram profundas repercussões políticas de longo prazo, contribuindo para um período de intensa polarização política que resultou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e na eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Essa mudança efetivamente deslocou o espectro político significativamente para a extrema direita, criando um ambiente complexo e frequentemente antagonico para as agendas sociais progressistas, incluindo aquelas relacionadas a gênero e sexualidade.

O Plano Nacional de Educação, conhecido por PNE, é considerado um marco legal para a educação no Brasil, pois apresenta de forma objetiva metas a serem alcançadas ao longo da década (2014-2024). O PNE esteve no centro de debates calorosos durante a sua resolução, trazendo em cena discursos conservadores em relação ao papel da educação escolar sobre identidade de gênero e sexualidades. Diante deste cenário político, o Movimento Escola Sem Partido esteve no centro das discussões para a aprovação do PNE.

Travaram-se batalhas discursivas e imagéticas entre os/as acusadores/as de existir um plano de extirpar os valores da família ao se ensinar nas escolas que gênero e sexualidade são construtos sociais e históricos. Movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres e LGBTQIA+, juntamente a sindicatos de docentes de diferentes níveis educacionais, lutaram pela expressão da identidade de gênero como forma de combate às múltiplas violências que as denominadas minorias sofrem, por não corresponderem ao modelo cisheteronormativo.

Grupos conservadores associados à ultradireita e movimentos fascistas disseminam uma falsa compreensão sobre a proposta de se trabalhar a questão do gênero em sala de aula. Titulam “ideologia do gênero” as iniciativas de se incluir nos programas de ensino tal temática, indicada pelos movimentos sociais e pela produção científica como alternativa para o combate a qualquer forma de violência associada ao gênero e à orientação sexual.

Conforme Miguel (2016), esses grupos anti-gênero promovem o pânico ao postularem que o tema serve para a dissolução da família e para corromper a juventude, ao propagar inverdades sobre as posições e performatividades sociais atribuídas aos sexos. Estes/as detratores/as culpam o feminismo e o marxismo, assim os definindo como forças malélicas para a vitória do comunismo através da

eliminação das distinções entre homens e mulheres. Nessa perspectiva reacionária e discriminatória, o debate sobre o gênero seria uma maneira de confundir a juventude em sua orientação sexual e exterminar os valores da família.

Torna-se importante mencionar que a não referência às questões de gênero e sexualidade nos Planos de Educação aprovados – estaduais e municipais – contraria acordos internacionais assinados pelo Estado brasileiro, no combate a toda ordem de discriminação e na promoção da igualdade (REIS; EGGERT, 2017). Além disso, a “neutralidade ideológica”, como exprime a Nota Técnica 01/2016 do Ministério Público Federal – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Brasil, 2016), é inconstitucional. A educação escolar deve estar embasada na diversidade de ideias e concepções pedagógicas, não se devendo confundir os espaços públicos e privados (família).

A disputa em torno das concepções pedagógicas em relação a gênero e sexualidade faz com que se retome a compreensão foucaultiana sobre os regimes/jogos de verdade. No caso em específico, traz à baila uma estratégia discursiva, como pontuado por Nardi, Kevller e Machado (2018, p. 10). Esta discussão, que articula os dispositivos do direito, da educação e da sexualidade, aposta em uma lógica moral do direito invertida, ao defender a democracia, traduzida por estes como vontade da maioria.

Os detratores da expressão “identidade de gênero” se apropriam dos argumentos em defesa dos direitos das chamadas minorias sexuais, para retomar e reforçar a concepção de maioria, no entendimento jurisprudencial da democracia. Desta forma, em um jogo de palavras, em defesa da maioria, em uma lógica patriarcal, misógina e sexista, afugentam os avanços nas discussões sobre a visibilidade da dor e do sofrimento de parte da população escolar.

Além dos ataques à expressão identidade de gênero, o legado de Paulo Freire também é bastante combatido. A lei nº 12.612, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 13 de abril de 2012, iniciativa da deputada federal Luiza Erundina (PSOL), tornou Paulo Freire patrono da educação brasileira. A lei oficializou o reconhecimento do trabalho do educador, que já era considerado uma referência mundial na área da educação, como um dos brasileiros mais importantes e homenageados da história.

A partir de então, passaram a contestar a lei nº 12.612. Um dos exemplos de revogação do título de patronato a Freire foi o Projeto de Lei 1930/19, de autoria do ex-deputado Heitor Freire<sup>15</sup> (PSL/CE),

---

<sup>15</sup> Conforme notícia de 15/04/2024, atualizado em 22/02/2025, no portal de notícias do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará: “Os membros do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), na sessão plenária desta segunda-feira (15), por unanimidade, decidiram pela cassação do diploma de Heitor Rodrigo Pereira Freire, em Ação de Representação Eleitoral por Arrecadação e Gastos Ilícitos de Recursos proposta pela Procuradoria Regional Eleitoral, nas eleições de 2022 (...)”. Disponível em: <https://www.tre-ce.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Abril/pleno-do-tre-ce-determina-cassacao-de-diploma-de-heitor-freire-do-uniao-brasil>

o qual argumentava que a educação promovida por Paulo Freire é influenciada por uma ideologia de esquerda e visa a luta de classes, o que, segundo os críticos, é prejudicial para o ensino.

A palavra ideologia é bastante utilizada pelos grupos identificados com o Movimento Escola Sem Partido, contudo seu significado é esvaziado. Utiliza-se o conceito de ideologia como um conjunto de ações associadas que visam destruir a juventude com valores contrários à família (MIGUEL, 2016). Desta forma, dissemina-se medo entre a população para impedir avanços nos direitos das pessoas LGBTQIA+ e atacando diretamente o exercício dos/das educadores(as).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O medo da doutrinação serve para desqualificar a base democrática da pedagogia freiriana, a qual defende que a realidade social é o tema central do aprendizado. Proibir a discussão dessa realidade é um ato de despolitização forçada, que visa silenciar o pensamento crítico sobre a desigualdade existente em uma sociedade como a brasileira.

O ataque a Freire representa um jogo narrativo, pois o que Freire chamava de ideologia (a camuflagem da dominação de classe) é o que os críticos alegam que a escola faz. Os ataques, na verdade, buscam impor uma única ideologia (conservadora e meritocrática) ao invés de promover o diálogo e a pluralidade, ao explorar uma pauta associada aos costumes.

Embora o projeto original da Lei da Mordaza possa ter perdido força legislativa, seu espírito se materializou em ataques concretos. A tese de Freire é que a educação é *sempre* política. O ataque à "ideologia" na escola é, na prática, um ataque à filosofia da educação, buscando reduzi-la à mera formação técnica, treinamento para o mercado, ignorando a formação cidadã.

Freire não é um hino imposto, mas um compositor de muitos destinos, daqueles que lutam por uma educação libertadora, logo pela própria democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte&Ciência, 1998.
- BRANDÃO, C. R. **Paulo Freire, educar para transformar**. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cartas à Guiné Bissau**. São Paulo: Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Cartas à Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- \_\_\_\_\_. **À Sombra desta Mangueira**. 8 ed. São Paulo: Olho D'água, 2006.
- FREIRE, P.; BETTO, F. **Essa Escola Chamada Vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho**. São Paulo: Ática, 1986.
- FREIRE, A. M. A. **A Voz da Esposa: trajetória de Paulo Freire**. In: GADOTTI, M. (Org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996
- GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artimed, 2000.
- GROPPO, L. A. et al.. **Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013**. Educação e Pesquisa, v. 49, p. e271463, 2023.
- GUEVARA, C. **Escritos y Discursos**. Habana: Ciencias Sociales, 1985. Tomo VI.
- GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. **Escola sem Partido-elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt**. Revista Brasileira de Educação, v. 23, p. e230042, 2018.
- LYRA, C. **As queridas horas de Angicos**. São Paulo: Cortez, 1996.
- ROMÃO, J.E, **Pedagogias. Revistas Universidade Metódicas**, 2008.
- ROSAS, P. **Fontes do Pensamento de Paulo Freire**. Recife: Universitária, 2005.
- SCOCUGLIA, A. C. **A História das Idéias de Paulo Freire e a Atual Crise dos Paradigmas**. 2ed. João Pessoa: UFPB, 1999.
- MIGUEL, L. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 590–621,

2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 20 jan. 2018. DOI: 10.12957/dep.2016.25163.

NARDI, H. C.; KVELLER, D. B.; MACHADO, P. S. Direitos Humanos e os marcadores sociais da diferença: desafios do cenário brasileiro. In: ROSA, V. F., *et al.* **Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional**. 1ª ed. Porto Alegre: Secco Editora, 2018.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPAAE**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19144>. Acesso em: 12 set. 2020.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], n.116, p. 245-262, jun. 2002. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci_arttext). Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **Nota Técnica 01/2016 PFDC**. Brasília, DF: PFDC, 21 jul. 2016. Disponível em: [https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/legis/notas/nota\\_tecnica\\_01\\_2016\\_pfdc\\_escola\\_sem\\_partido\\_bncc.pdf](https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/legis/notas/nota_tecnica_01_2016_pfdc_escola_sem_partido_bncc.pdf). Acesso em: 28 jul. 2024.